



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

diagnóstico e terapêutico, e os de assistência complementar destinados a promover, proteger e prevenir o indivíduo e a coletividade dos danos causados por doenças e agravos à saúde, bem como aqueles destinados a reabilitar e recuperar a capacidade física, psíquica e social.

Art. 120- Os estabelecimentos que prestam serviços de saúde têm as seguintes denominações gerais:

I- Serviços médicos de saúde, entendendo-se por eles postos de saúde, centros de saúde, laboratórios, maternidades, consultórios, ambulatorios, unidades básicas de saúde, unidades mistas ou unidades integradas de saúde, unidades de saúde especializadas ou de especialidades, clínicas especializadas, prontos-socorros, serviços de pronto atendimento e emergência, hospitais, dentre outros que venham a ser definidos e disciplinados em legislação própria;

II- Serviços odontológicos, entendendo-se por eles consultórios, unidades móveis de assistência odontológica, clínicas e policlinicas odontológicas, prontos-socorros, laboratórios de próteses e dentária, entre outros que venham a ser definidos e disciplinados em normas técnicas especiais;

III- Serviços de apoio diagnóstico terapêutico, entendendo-se por eles serviços intra-hospitalares ou autônomos tais como os de radiografia diagnóstica, radioterapia, análises clínicas, patologia clínica, ultra-sonografia, anatomia patológica, hemodiálise, diálise peritoneal, fisioterapia, fisioterapia, medicina nuclear, laboratórios de radioisótopos, endoscopia, hemoterapia, eletroneuromiografia, eletrocardiografia, análises metabólicas e endocrinológicas, provas respiratórias, provas hemodinâmicas, tumografia, ressonância magnética, unidades de sorologia, ecocardiografia, audiometria, fonoaudiologia, banco de órgãos, de tecidos e de sangue, laboratórios e outros que venham a ser definidos e disciplinados em legislação própria;

IV- Outros serviços de assistência complementar à saúde, entre eles, as clínicas de repouso, "spas", clínicas de emagrecimento, clínicas ou consultórios de acupuntura, cinesiologia aplicada, homeopatia, terapia ocupacional, terapia floral, fitoterapia, quimioterapia, iridologia, massagem, magnetoterapia, musicoterapia, antroposofia e transportes de pacientes, seja para emoção ou atendimento.

Art. 121- a instalação e funcionamento dos estabelecimentos que prestam serviços de saúde terão obrigatoriamente de obedecer o disposto nesta Lei e na legislação federal, estadual e normas técnicas especiais vigentes, quanto:

- a) ao projeto arquitetônico, elétrico e hidráulico;
- b) à organização físico-funcional, relacionando atividades, atribuições, fluxos e recursos humanos;
- c) às áreas mínimas e instalações prediais;
- d) ao sistema de esgotamento sanitário e descarte de dejetos;
- e) ao abastecimento de água e seu respectivo controle microbiológico;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

de acordo com as normas, instruções e regulamentos da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Art. 127- As instalações e equipamentos de radiações ionizantes devem operar com risco mínimo, empregando todos os recursos disponíveis para a proteção à saúde do trabalhador, paciente, público em geral e do meio ambiente, em cumprimento à legislação pertinente.

Parágrafo único – As partes do corpo que não sejam de interesse diagnóstico ou terapêutico, deverão estar obrigatoriamente protegidas com equipamentos radioprotetores, quando da incidência de radiação ionizante.

Art. 128- os veículos destinados ao transporte de pacientes em qualquer condição, estão sujeitos a fiscalização pela autoridade sanitária municipal e devem ser adaptados especialmente para este fim, transportando com segurança o paciente, e assegurando os recursos técnicos de ordem médica que preservem suas condições físicas e clínicas.

Parágrafo único – Os veículos destinados à assistência, que exijam presença e atuação do profissional de saúde, devem manter equipamentos e materiais indispensáveis e necessários para este fim.

SEÇÃO IV **DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DOS ESTABELECIMENTOS** **QUE REALIZAM ATIVIDADES QUE ENVOLVEM PRODUTOS, SUBSTÂNCIAS E MATERIAIS**

Art. 129- Estão submetidos a esta Lei, sem prejuízo das ações executadas pelas Autoridades Sanitárias Federais, Estaduais competentes, observada a legislação pertinente, qualquer local onde haja fabrico, comercialização, importação, exportação, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, armazenamento, guarda, conservação, transporte, depósito, utilização, aplicação, distribuição ou venda de produtos, substâncias e materiais de interesse da saúde, alimentos e produtos alimentícios.

Art. 130- Os estabelecimentos de que trata o artigo anterior deverão possuir instalações e equipamentos adequados para a segurança, a qualidade e a conservação das propriedades físico-químicas dos produtos, substâncias e materiais de sua responsabilidade.

Art. 131- Os estabelecimentos públicos e privados de depósito, dispensação, distribuição, manipulação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos deverão manter farmacêutico responsável técnico habilitado e cadastrado no Conselho Regional de Classe durante todo o período de funcionamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

§ 4º - As empresas deverão submeter seus empregados a treinamentos específicos sobre normas, segurança do trabalho e manuseio de produtos com risco à saúde e ao ambiente.

Art. 147- Os estabelecimentos que prestam serviços de higiene e limpeza de tanques, fossas e similares, bem como aquelas que aplicam raticidas, inseticidas, descupinidas, desinsetizadores e afins devem fornecer Certificados, assinados pelo responsável técnico, onde conste os produtos utilizados, os antídotos indicados para casos de intoxicação.

SEÇÃO V

DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DAS HABITAÇÕES, DAS ÁREAS DOS LOCAIS E ESTABELECIMENTOS DE CULTURA, LAZER, DIVERSÕES E CONGÊNERES

Art. 148- Os proprietários e responsáveis por habitações, áreas e estabelecimentos culturais, de diversão e lazer previstas nesta Lei, e outros congêneres, terão de observar os preceitos higiênico-sanitários, bem como a qualidade e segurança da construção e dos equipamentos.

Parágrafo único – A autoridade sanitária municipal, no exercício da ação de vigilância sanitária, observará a qualidade da habitação, dos estabelecimentos e das áreas referidas nesta seção, com relação à captação, adução e armazenamento da água potável, ao destino dos dejetos e as condições das instalações sanitárias, de forma a prevenir a proliferação de agentes patogênicos, e impedir a contaminação do solo, das águas superficiais e subterrâneas.

Art. 149- As piscinas devem atender às normas e os padrões de higiene e segurança, previstas em normas pertinentes.

§ 1º - O proprietário ou responsável pela habitação com piscina responderá pela não observância das normas que resultem em danos individuais ou coletivos.

§ 2º - A água das piscinas terá controle físico-químico e bacteriológico, com a periodicidade estabelecida pela Autoridade Sanitária.

§ 3º - Os estabelecimentos com piscina ficam obrigados, além de garantir o controle da qualidade da água e instalações, a estabelecer normas de proteção e segurança aos usuários.

Art. 150- Piscinas de estabelecimentos e de uso coletivo deverão dispor de técnico responsável pelo tratamento da água e manutenção das suas condições higiênicas, ficando os operadores das piscinas obrigados a verificar, de modo rotineiro, o "pH" e o teor de cloro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- f) à segurança;
- g) à equipamentos e utensílios.

Art. 122- Os estabelecimentos referidos nesta seção funcionarão obrigatoriamente sob responsabilidade técnica única, ou de seu substituto legal, ainda que mantenham em suas dependências prestação de serviços profissionais autônomos ou de empresas médico-odontológicas.

Parágrafo único – Ao responsável técnico e ao seu substituto legal competem assegurar as condições técnicas adequadas ao funcionamento dos serviços de saúde e o controle na utilização de produtos, substâncias, equipamentos e utensílios, de forma a garantir o bem estar de empregados e usuários.

Art. 123- Os serviços de saúde devem observar rigorosamente os cuidados relativos à higiene, desinfecção e esterilização das instalações, equipamentos, instrumentais, utensílios e materiais.
Parágrafo único – Sempre que houver possibilidade tecnológica, o material utilizado para atendimento deve ser descartável.

Art. 124- Os estabelecimentos previstos nesta seção devem manter de forma organizada e sistematizada, os registros de dados de identificação dos pacientes, de exames clínicos e complementares, os procedimentos realizados, a terapêutica adotada e as condições de alta.

Parágrafo único – Os documentos a que refere o artigo anterior devem ser guardados pelo tempo previsto em legislação específica e sua apresentação à autoridade sanitária será atendida quando solicitada por escrito.

Art. 125- Os estabelecimentos que utilizem, em seus procedimentos, medicamentos ou substâncias psicotrópicas ou sob regime de controle especial, devem manter registro do movimento e controle de estoque, na forma prevista na legislação federal vigente.

Art. 126- Os estabelecimentos que empregam radiação ionizante, seja para fins diagnóstico e/ou terapêutico, ou de qualquer outro uso de interesse da saúde, só poderão funcionar após cumprimento das determinações da Comissão Nacional de Energia Nuclear, da legislação federal, estadual, municipal pertinente.

§ 1º - Todos os procedimentos envolvendo fontes de radiação, sejam de produção, uso, posse, armazenamento, processamento, transporte, deposição, destino e outros devem obedecer a legislação pertinente em vigor.

§ 2º - A responsabilidade pela utilização e guarda, enquanto existir vida útil dos equipamentos e produtos, será compartilhada pelo responsável técnico e pelo proprietário para efeito desta Lei, e



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 151- Não deverão ter acesso às piscinas pessoas portadoras de dermatoses ou dermatites e doenças infecto-contagiosas, excetuando-se aqueles que, comprovadamente, não são transmissíveis pela água.

Art. 152- As salas de espetáculo e auditórios serão construídos com matérias incombustíveis e serão dotadas de dispositivos que permitam renovação constante do ar e instalações sanitárias destinadas ao público, separadas por sexo.

Art. 153- Os circos, parques de diversões e estabelecimentos congêneres deverão possuir instalações sanitárias provisórias, independentes para cada sexo.

Parágrafo único – A autoridade sanitária municipal, constatando em vistoria que o local apresenta condições satisfatórias, expedirá a correspondente Autorização Especial.

Art. 154- É vedado o exercício de qualquer atividade industrial, comercial ou de prestação de serviço em unidades residenciais, excetuando-se o disposto em lei Municipal específica.

SEÇÃO VI DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DOS DEMAIS ESTABELECIMENTOS

Art. 155- Os estabelecimentos tratados nesta seção, independente de suas peculiaridades, atenderão as condições básicas previstas nesta Lei, e em normas técnicas especiais.

Art. 156- Os salões de cabeleireiros, e demais estabelecimentos de esteticismo e cosmética, terão instalação adequada com lavatórios, sanitários e deverão fazer uso preferencialmente de toalhas descartáveis.

§ 1º - Quando tais estabelecimentos forem localizados em centros comerciais ou congêneres, poderão dispor dos sanitários coletivos.

§ 2º - Será obrigatória a desinfecção dos locais, do vestuário, da roupa, dos equipamentos e esterilização dos utensílios e instrumentos, destinados ao serviço e ao uso de clientes.

Art. 157- Os estabelecimentos de hospedagem devem atender a requisitos de higiene e conservação.

Parágrafo único – As roupas utilizadas nos quartos e banheiros deverão ser individuais, sendo obrigatória a lavagem, desinfecção e reposição sistemática, após o uso.

Art. 158- Os estabelecimentos de hospedagem que forneçam alimentação deverão obedecer a todas as disposições relativas a estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, no que lhes forem aplicáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 159- Os estabelecimentos de ensino de qualquer natureza, creches e congêneres devem obedecer às normas de higiene, limpeza e conservação e ter compartimentos sanitários devidamente separados por sexo, inclusive na área de recreação.

Parágrafo único – As cozinhas e copas devem obedecer todas as disposições relativas a estabelecimentos que preparam gêneros alimentícios no que lhes forem aplicáveis.

Art. 160- A instalação das creches, estará sujeita ao disposto nas normas técnicas especiais, federais e estaduais vigentes, sem prejuízo da ação da Autoridade Sanitária Municipal.

Art. 161- Os necrotérios, velórios, cemitérios e crematórios obedecerão as normas sanitárias definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo das determinações legais vigentes.

Art. 162º- Nenhum cemitério, necrotério, velório e crematório será aberto sem análise prévia e aprovação dos projetos pela Autoridade Sanitária Municipal, sem prejuízo das demais competências legais.

Art. 163º- A administração dos cemitérios adotará todas as medidas emanadas pela autoridade Sanitária, visando a manutenção das condições sanitárias e a salubridade do ambiente.

Art. 164- Os cemitérios, necrotérios, funerárias e velórios que comercializarem caixões deverão enviar a VISA copia de documento comprobatório de entrada e saída de caixões, bem como devem notificar a VIGEP, em no máximo vinte e quatro horas, o óbito da venda do respectivo caixão.

Art. 165- os serviços de assistência à saúde veterinária, ambulatorial, clínica e hospitalar, bem como aqueles de promoção e recuperação da saúde animal e ainda os de guarda, abrigo e criação, somente poderão funcionar em local autorizado pelo órgão sanitário da Secretaria Municipal da Saúde, não podendo ser fixado em áreas próximas a habitações residenciais, unidades de saúde e locais de comercialização de alimentos.

Art. 166- Os estabelecimentos citados no artigo anterior terão localização adequada do ponto de vista sanitário e dispositivos especiais que evite a exalação de odores e propagação de ruídos.

Parágrafo único – Os ambulatórios, as clínicas e hospitais veterinários, quando utilizarem produtos sujeitos a controle especial, devem registrar no órgão sanitário, em livro próprio, para controle do uso destes produtos.

Art. 167- Toda e qualquer instalação destinada à criação, manutenção e reprodução de animais será construída, mantida e operada em condições sanitárias adequadas, de modo que não causem danos à saúde e incômodo à população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 168- Os canis e gatis de propriedade particular só poderão funcionar em instalações adequadas, após inspeção com vistoria técnica efetuada pela Autoridade Sanitária Municipal, para a expedição de Alvará de Saúde apropriado, devendo este ser renovado anualmente.

§ 1º - Para efeito de concessão de Alvará de Saúde a criação, o alojamento e a criação de animais de espécie canina e felina, em quantidade superior ao previsto no art. 239º inciso VIII desta lei, caracterizará o criatório de propriedade particular;

§ 2º - É vedada a instalação de canis e gatis em edifícios condominiais, em habitações condominiais, em habitações coletivas, ressalvadas as situações dispostas nesta Lei.

§ 3º - os animais criados ou mantidos em gatis ou canis sem que estes preencham os requisitos estabelecidos neste artigo estarão sujeitos à apreensão.

Art. 169- os veículos destinados ao transporte de animais estão sujeitos à fiscalização pela Autoridade Sanitária Municipal e devem ser utilizados exclusivamente para este fim.

Parágrafo único – os veículos a que se refere este artigo devem assegurar o bem estar do animal e evitar danos e riscos à saúde humana.

Art. 170- O transporte de cadáveres de animais de pequeno porte que sofreram zoonoses atenderão aos preceitos de segurança para os agentes de saúde e para a população nas formas definidas em normas técnicas especiais vigentes.

Art. 171- Os estabelecimentos que comercializam ou fabricam lentes oftálmicas, aparelhos ópticos e matéria de cine-foto, devem atender aos requisitos dispostos nesta Lei, sem prejuízo de outras Federais e estaduais.

Art. 172- As óticas devem manter livro próprio com termo de abertura e encerramento devidamente registrado no órgão competente, para registro das receitas aviadas, indicando obrigatoriamente a data, o nome do paciente e seu endereço completo, o nome do médico que prescreveu com endereço do seu consultório ou residência.

Art. 173- Os laboratórios óticos, quando instalados, devem ter assistência de ótico responsável.

Art. 174- É proibido o manuseio, por indivíduos que não tenham sido especificamente habilitados ou treinados - sejam eles empregados ou usuários dos estabelecimentos - de produtos nocivos à saúde ou dos instrumentos e equipamentos destinados à sua comercialização, tais como tintas, vernizes, colas, derivados de petróleo e correlatos, explosivos, metais pesados e/ou quaisquer outros que contenham em sua composição substâncias que possam prejudicar a saúde, direta ou indiretamente, seja por contato, ingestão ou inalação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 175- Os estabelecimentos óticos não poderão instalar consultórios em quaisquer de suas dependências.

SEÇÃO VII VIGILÂNCIA SANITÁRIA DOS ALIMENTOS DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

Art. 176- Todo alimento destinado ao consumo humano, qualquer que seja sua origem, estado ou procedência, produzido ou exposto à venda, em todo o Município de Valença, será objeto da ação fiscalizadora da Autoridade Sanitária Municipal, nos termos desta Lei e da legislação federal estadual pertinente.

§ 1º - A autoridade Sanitária Municipal exercerá ações de vigilância sanitária sobre os locais, estabelecimentos e instalações onde se fabriquem, produzam, beneficiem, manipulem, acondicionem, conservem, depositem, armazenem, transportem, distribuam, vendam alimentos, produtos alimentícios, matéria prima alimentar, alimento "in natura", alimento fantasia ou artificial, alimento dietético, alimento irradiado, aditivos intencionais, bem como feiras livres e ambulantes.

§ 2º - A vigilância sanitária atuará na fiscalização e inspeção de todo pessoal que manipula, processa, embala ou exerça qualquer atividade relativa ao alimento.

§ 3º - O Inspetor Sanitário, durante a inspeção e fiscalização, verificará as condições quanto aos edifícios e instalações; ao abastecimento de água; ao condicionamento e destino do lixo; a procedência da matéria prima, a estocagem, ao fluxo do processo produtivo, a distribuição e comercialização de gêneros e produtos alimentícios.

Art. 177 – Os estabelecimentos a que se refere esta seção devem seguir as diretrizes básicas, para implantação, manutenção e controle do sistema de Análise de Risco e Pontos Críticos de Controle (APPCC), visando assegurar a qualidade dos alimentos.

Parágrafo único – entende-se por APPCC, técnica de avaliação da qualidade, que permite identificar as etapas críticas do processo produtivo, e aplicar medidas preventivas que mantenham sobre controle as operações.

Art. 178 – É proibido armazenar, expor à venda ou dispor ao consumo humano, alimentos alterados, deteriorados, falsificados, adulterados, fraudados, vencidos, clandestinos e corrompidos, ou ainda os que estejam fora dos padrões especificados nesta Lei e na legislação e normas técnicas vigentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 179 – Os alimentos entregues ao consumo estão sujeitos a análises por laboratório de saúde pública ou credenciados no Ministério da Saúde, conforme determinação e legislação vigente, a fim de verificar a sua conformidade com o respectivo padrão de identidade e qualidade estabelecido pelo órgão federal competente.

Parágrafo Único – As análises serão executadas ainda, sempre que a Autoridade Sanitária Municipal julgar necessário, como parte da sua ação fiscalizadora.

Art. 180 – No interesse da saúde pública, poderá a Autoridade Sanitária Municipal proibir, nos locais que determinar, o ingresso e a venda de gêneros e produtos alimentícios de procedência duvidosa.

Art. 181 – O fatiamento e o fracionamento de produtos alimentícios perecíveis, somente poderão ocorrer à vista do consumidor, excetuando os casos previstos em legislação específica.

§ 1º - O fracionamento de produtos alimentícios não perecíveis no comércio varejista de alimentos, sem prejuízo da legislação federal e estadual pertinente, será autorizada pela vigilância sanitária municipal, que liberará Autorização Especial, desde que atendidas as condições técnicas para esta atividade.

§ 2º - Para obter a Autorização Especial para o fracionamento de produtos alimentícios não perecíveis, o estabelecimento deverá contar com responsável técnico habilitado e os produtos fracionados deverão ser entregues ao consumo nas condições de embalagem, rotulagem e outras definidas nesta Lei e nas normas técnicas vigentes, sem prejuízo da legislação federal e estadual competente.

Art. 182 – Os estabelecimentos que manipulam gêneros alimentícios devem, além dos dispositivos exigidos nesta Lei, atender ao seguinte:

- I- Dispor de pias com água corrente na área de produção em número suficiente, para as atividades operacionais e para o asseio das mãos;
- II- Dispor de câmaras frias, refrigeradores e congeladores, quando necessário, mantidos sob rigorosa higiene;
- III- As mesas, balcões, bancadas e locais onde se manipulem alimentos devem ser polidos, revestidos de materiais de fácil higienização, mantidos limpos e em bom estado de conservação e asseio.

Art. 183 – Os produtos alimentícios, quando comercializados e/ou entregues ao consumo humano, devem ser acondicionados em embalagens adequadas à sua conservação e protegidos contra poeiras, insetos, animais, substâncias poluentes ou contaminação de qualquer natureza.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Parágrafo Único - Será vedado o emprego de jornais, revista, papelão, papéis velhos e coloridos, sacos plásticos não apropriados ou outro invólucro, que possa transferir ao alimento substâncias contaminantes ou que alterem sua qualidade e propriedades nutritivas.

Art. 184 – Os produtos devem ser rotulados, atendendo a dispositivos legais mínimos e outros que vierem a ser fixado pelo órgão competente.

Parágrafo Único – Somente poderão ser entregues a venda ou expostos ao consumo alimentos registrados nos respectivos órgãos competentes.

Art. 185 – Os rótulos e/ou embalagem dos produtos alimentícios deverão atender as exigências determinadas em legislação específica.

Art. 186 – Os rótulos dos produtos importados deverão trazer a respectiva tradução, salvo em se tratando de denominação universal consagrada.

Art. 187 – As empresas que exerçam a atividade de fracionamento e embalagem deverão registrar seus produtos nos órgãos competentes.

Art. 188 – A higiene e limpeza deverão ser observadas em todas as etapas do processo produtivo.

Art. 189- Os alimentos devem ser manipulados com utensílios apropriados e conservados limpos, livres de contaminação, evitando-se ao máximo o contato manual.

Art. 190 – Os alimentos vencidos não poderão ficar estocados, guardados ou acondicionados no mesmo local onde permanecem alimentos próprios ao consumo humano.

Art. 191 – A Autoridade Sanitária Municipal procederá a inutilização dos alimentos ou substâncias, quando se apresentarem visivelmente adulterados, falsificados, deteriorados, vencidos ou impróprios para o consumo, deixando sempre uma amostra do produto sob suspeita, a título de contraprova.

Art. 192 – Os alimentos devem ser armazenados e/ou depositados sob condições que os proteja de deterioração.

Parágrafo Único – O armazenamento e conservação dos alimentos devem obedecer a orientação do fabricante.

Art. 193 – As sobras de alimentos, preparados após o período diário de comercialização, devem ser descartadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 194 – Os utensílios e recipientes não descartáveis, dos estabelecimentos que lidam com alimentos, devem ser lavados com água que apresentem características físico-químicas e bacteriológicas definidas em legislação própria, higienizados e esterilizados segundo normas técnicas específicas.

Parágrafo Único – Os produtos utilizados na higienização e esterilização devem ter registro no órgão competente.

Art. 195 – Pessoas que constituam parte da cadeia de transmissão de doenças infecto-contagiosas, bem como as afetadas por dermatoses ou dermatites, não poderão exercer atividades que envolvam contato ou manipulação de alimentos.

Art. 196 – Devem ser afastados temporariamente das atividades industriais e comerciais de alimentos por iniciativa própria, do responsável pelo estabelecimento ou ainda por exigência da Autoridade Sanitária, as pessoas que apresentarem manifestações febris ou cutâneas, principalmente com supurações na pele, corrimento nasal ou infecções respiratórias.

Art. 197 – Os estabelecimentos que comercializam alimentos manterão empregado exclusivo para as atividades de caixa.

Art. 198 – O preparo, a comercialização e exposição ao consumo humano de alimentos "in natura" e outros que tenham ou não sofridos processos de cocção, em instalações ambulantes, provisórias e boxes de mercado, só serão permitidos quando previamente autorizados pelos órgãos competentes, e quando, a critério da Autoridade Sanitária Municipal, estiverem asseguradas as condições de conservação, higiene, limpeza e proteção do alimento, de acordo com o que estabelece esta Lei e as normas técnicas específicas.

Parágrafo único – Os estabelecimentos referidos nessa seção devem ser inspecionados pela Autoridade Sanitária Municipal, devendo o proprietário ou responsável prestar as informações que facilitem a ação fiscalizadora.

Art. 199 – As barracas das feiras livres somente poderão funcionar após vistoria e concessão da respectiva licença sanitária.

Art. 200 – As barracas serão de material de fácil higiene, providas de cobertura para proteção dos gêneros alimentícios e com coletores de lixo com tampa.

Parágrafo único – Os produtos somente poderão ser colocados à venda sobre armações, brancas, ou mesas, não podendo ser expostos sobre o solo.

Art. 201 – Os ambulantes devem apresentar-se adequadamente trajados, em boas condições de asseio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 202 – A água utilizada nas hortas e em outros produtos hortigranjeiros deve atender a padrões de qualidade definidos na legislação pertinente e nas normas técnicas vigentes.

Art. 203 – É vedado expor a venda ou entregar ao consumo humano sal refinado ou moído, que não contenha iodo na proporção indicada na legislação federal pertinente e suas normas técnicas especiais.

Art. 204 – Os veículos de transporte de gêneros alimentícios estão sujeitos a fiscalização pela Autoridade Sanitária Municipal e devem ter dispositivos que preservem, nos produtos, suas qualidades e propriedades originais.

Parágrafo único – Os veículos que transportam gêneros alimentícios perecíveis devem apresentar os equipamentos necessários para conservação dos alimentos em condições de temperatura, umidade e acondicionamento, requeridas por cada tipo de alimento.

SEÇÃO VIII DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DAS SUBSTÂNCIAS, PRODUTOS E MATERIAIS

Art. 205 – Consideram-se substâncias, produtos e materiais de interesse da saúde, aqueles que, direta ou indiretamente, tenham finalidade sanitária, ou estejam ligados à defesa e à proteção da saúde individual ou coletiva; a higiene pessoal ou de ambiente; a fins diagnóstico, analíticos, cosméticos e outros que venham a intervir sobre a saúde.

Art. 206 - É vedado distribuir, extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar. Importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder, expor ao consumo, dispensar, usar ou aplicar em produtos alimentícios, medicamentos, drogas, agrotóxicos, insumos farmacêuticos, substâncias para uso diagnóstico, terapêutico, recreativo, produtos de limpeza, de higiene, desinfecção e esterilização, utensílios e aparelhos que interessem a saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o que dispõe esta Lei e a legislação pertinente.

Art. 207 - Os vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos nocivos a saúde não poderão ser reaproveitados para o envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos, perfumes e demais substâncias e produtos interesse da saúde.

Art. 208 – Será motivo para interdição, apreensão ou inutilização, as alterações decorrentes de causas, circunstâncias ou eventos naturais e imprevisíveis, que determinem deterioração e/ou contaminação de produtos de consumo humano e de interesse para a saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 209 – A Autoridade Sanitária Municipal, sem prejuízo da ação desenvolvida pelo Ministério da Saúde e pelos órgãos estaduais competentes, verificará o cumprimento da legislação e normas técnicas vigentes sobre rótulos, etiquetas, bulas e demais impressos, e meios de difusão de informações, das substâncias e produtos farmacêuticos, e outros de interesse da saúde.

Art. 210 - As substâncias, produtos e materiais de interesse da saúde, somente poderão ser comercializados ou dispensados se atendidas as determinações legais referentes à produção, manipulação, embalagem e rotulagem de que trata esta Lei e a legislação federal e estadual pertinente.

Art. 211 – Os produtos farmacêuticos que dependam de prescrição médica somente poderão ser comercializados ou dispensados com a correspondente receita médica, na qual esteja devidamente identificado o profissional que o prescreveu, de acordo com as normas dos respectivos Conselhos.

Parágrafo único – Somente será aviada a receita que indique claramente as informações pertinentes ao produto farmacêutico, sua aplicação e uso, devidamente identificado, conforme dispõe a legislação vigente.

Art. 112 - Aplicam-se ao comércio e dispensação dos medicamentos homeopáticos as mesmas obrigações e condições definidas nesta Lei para as substâncias e produtos farmacêuticos, observadas as suas peculiaridades e a legislação específica vigente.

Art. 213 - Os utensílios utilizados no preparo, manipulação e comercialização de substância, produtos e materiais de interesse da saúde e outros deverão estar sem amassamentos e ferrugem, rigorosamente limpos, sem crostas, resíduos ou engordurados sob pena de inutilização sumária a critério da autoridade sanitária municipal

Art. 214 - A comercialização, dispensação e utilização de agrotóxicos, produtos fertilizantes e produtos de uso veterinário devem ser feitas de acordo com a legislação e normas técnicas pertinentes, evitando-se os riscos de doenças e agravos pela manipulação dessas substâncias ou pelo consumo de produtos com resíduos dessas substâncias.

Art. 215 – Os veículos para transporte de substâncias, produtos e materiais de interesse da saúde, incluindo os radioativos, estão sujeitos a fiscalização pela Autorização Sanitária Municipal.

§ 1º - Os veículos que trata este artigo devem manter rigorosa higiene e limpeza e assegurar a integridade do material transportado.

§ 2º - O transporte de cargas perigosas e radioativas deve ser feito em conformidade com a legislação pertinente, de forma a garantir segurança do material e dos operadores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

CAPITULO VI DA SAÚDE E TRABALHO SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 216 – São considerados trabalhadores, todos os que exerçam atividades produtivas e/ou de prestação de serviços, seja do setor formal ou informal da economia, vinculados ao setor público ou privado.

Art. 217 – A saúde do trabalhador deverá ser restaurada nas relações sociais que se estabelecem no processo de produção, pressupondo-se a garantia da integridade do trabalhador e da sua higidez física e mental, observando o que dispõe a legislação pertinente.

Art. 218 – Incumbe à Secretária Municipal da Saúde, em caráter complementar às ações dos demais órgãos estaduais e federais:

I – Normatização, fiscalização e controle das condições de trabalho nas atividades de produção e de prestação de serviços;

II – Controlar os processo de trabalho que envolvam a manipulação e utilização de substâncias, produtos, máquinas e equipamentos que acarretem riscos e agravos à saúde do trabalhador;

III – Colaborar com órgãos e entidades pertinentes na avaliação do impacto das tecnologias e dos processos, na atualização dos bancos de dados e das informações e das listas oficiais de doenças;

IV – Desenvolver ações de promoção da saúde de trabalhador;

V – Difundir informações sobre riscos e danos a saúde nos ambientes de trabalho;

VI – Promover a participação do trabalhador através de instâncias representativas na formulação de política, planejamento, avaliação e controle dos serviços e programas que visem a introdução da qualidade e redução dos riscos no ambiente de trabalho;

VII – Desenvolver ações de atenção à saúde do trabalhador, em parceria com instituições governamentais e não governamentais, tendo como base o conhecimento epidemiológico;

VIII – Estimular e apoiar estudos e pesquisas sobre saúde no ambiente de trabalho;

IX – Utilizar de meios de comunicação para informar e desenvolver ações de promoção à saúde do trabalhador e dos ambientes de trabalho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

X – Realizar controle sistemático dos fatores de riscos coletivos, sem prejuízo do controle exercido em caráter individual;

XI – Desenvolver ações educativas visando prevenção das doenças ocupacionais e dos acidentes de trabalho;

Art. 219 – Os exames pré-admissionais, periódicos e demissionais de saúde devem ser feitos observada a legislação pertinente.

Art. 220 – A Secretaria Municipal de Saúde no âmbito de sua atuação, desenvolverá ações individuais e coletivas referente a assistência à saúde do trabalhador, assegurando:

I – Atenção integral às vítimas de acidentes do trabalho;

II – Acesso universalizado e hierarquizado à rede de unidades municipais de saúde e aos meios diagnósticos e terapêuticos disponíveis a todos os suspeitos ou portadores de doenças ocupacionais.

Art. 221 – As ações e serviços de atenção à saúde do trabalhador no âmbito municipal não sofrerão setorização, sendo a integração entre as ações de vigilância dos ambientes de trabalho, dos riscos e a atenção a saúde individual e coletiva, fator de efetividade dos serviços.

Parágrafo único – As ações de vigilância à saúde do trabalhador, desenvolvidas pelas unidades de saúde, incluirão inspeções e avaliação dos riscos nos ambientes de trabalho, e serão realizadas por profissionais qualificados, de acordo o que dispõe esta Lei.

Art. 222 - As unidades de saúde da rede municipal emitirão a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), quando configurado o acidente de trabalho em trabalhador do mercado formal de trabalho.

Parágrafo único – Acidente de trabalho em trabalhador do mercado informal de trabalho, deverá ser notificado através do Sistema Nacional de Agravos Notificados – SINAN/MS-SUS ou outros mecanismos com rotinas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 223 – A Secretaria Municipal da Saúde disponibilizará os recursos adequados para que sejam realizadas inspeção e fiscalização dos ambientes de trabalho pela Autoridade Sanitária Municipal, que observará prioritariamente:

I - A ocorrência de fatores de riscos para doenças e acidentes, e a distribuição de agravos;

II – O estabelecimento de nexo causal entre doença ou acidente e as condições de trabalho, quando couber;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

III – A avaliação da situação de saúde dos trabalhadores e investigação de acidentes graves e fatais;

IV – O cumprimento da legislação e das normas técnicas sobre a higiene e a segurança no trabalho.

Parágrafo único – O presente dispositivo se aplica inclusive no âmbito dos órgãos municipais, e em caso de infração as normas supracitadas ficam estabelecidas no que couber e independente de outras sanções, a pena prevista no inciso VIII, artigo 274 da presente Lei.

Art. 224 – Obrigam-se os empregadores a:

I – Informar ao trabalhador os resultados dos seus exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional e a legislação pertinente;

II – Manter adequadas condições de trabalho e da organização do trabalho para a manutenção das condições psicofísicas dos trabalhadores;

III – Informar a Autoridade Sanitária Municipal a ocorrência de acidentes, doenças, agravos e condições de risco no ambiente de trabalho;

IV – Dar conhecimento aos trabalhadores e a sua representação sindical, dos riscos presentes no processo produtivo, bem como das recomendações e medidas para sua eliminação e/ou controle;

V – Promover, participar e permitir a realização de estudos e pesquisas em seus estabelecimentos, que visem esclarecer e conhecer os fatores de riscos e as medidas para sua eliminação e/ou controle;

VI – Paralisar as atividades em situações de risco grave, e iminente no local de trabalho, seguindo as recomendações da Autoridade Sanitária Municipal na prevenção de riscos e agravos a saúde;

VII – Formular o Plano de Saúde Ocupacional (PSO) e encaminhá-lo aos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde;

VIII – Cumprir as recomendações que constem de parecer técnico ao PSO, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, e demais exigências e requerimentos definidos pela Autoridade Sanitária Municipal no cumprimento do que dispõe esta Lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

IX – Adotar as medidas de controle dos fatores ambientais de riscos à saúde do trabalhador, como agentes físicos, químicos, biológicos, mecânicos e outros do interesse da saúde, de acordo com os critérios estabelecidos em legislação e nas normas técnicas pertinentes;

X – Custear os exames de saúde necessários ao esclarecimento diagnóstico em caso suspeito de doença ocupacional, além dos exames pré-admissionais, periódicos, demissionais e especiais previstos em Lei;

XI – Garantir o direito de participação dos representantes dos trabalhadores ou indicados por estes nas avaliações ambientais e de saúde, ressalvado os preceitos de ética médica nas pesquisas e acesso aos resultados destas.

Art. 225 – A adoção das medidas de controle de riscos e agravos originados no trabalho será feita observando-se os itens seguintes em ordem de prioridade;

- a) Eliminação da fonte de riscos;
- b) Controle do risco na fonte;
- c) Controle do risco no meio ambiente de trabalho;
- d) Adoção de medidas de proteção individual, incluindo diminuição do tempo de exposição, utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e outros.

§ 1º - Os equipamentos de proteção individual (EPI) serão empregados considerando-se obrigatoriamente as seguintes circunstâncias:

- a) nas emergências;
- b) dentro do prazo estabelecido no cronograma de implantação de medidas de proteção coletiva;
- c) sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou não oferecerem completa proteção contra os riscos de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, a critério da Autoridade Sanitária Municipal.

§ 2º - O parecer técnico ao PSO emitido pela Secretária Municipal de Saúde definirá as condições do uso de EPI, de acordo com o que estabelece o parágrafo anterior e o que determina esta Lei para a promoção e proteção a saúde individual e coletiva.

Art. 226 – Obrigam-se os trabalhadores a:

I – Submeterem-se aos exames de admissão, periódicos e de demissão, e tomar conhecimento dos resultados destes exames de saúde;

II – Contribuir para a manutenção das adequadas condições de trabalho, e para diminuição e/ou eliminação de riscos de acidentes, doenças e agravos originados ou agravados no processo de trabalho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

III – Prestar as informações pertinentes que dispuser, quando solicitadas ou não pela Autoridade Sanitária Municipal no exercício do que determina esta Lei, ou as entidades de sua categoria profissional, comunicando a ocorrência ou probabilidade de danos ambientais ou de riscos à saúde individual ou coletiva;

IV – Cumprir as normas técnicas e procedimentos adotados pelo empregador.

TITULO III DAS ZOONOSES E DA SAÚDE ANIMAL CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 227 – Cabe a Secretaria Municipal de Saúde o Controle de zoonoses em todo o território do Município de Valença.

Art. 228 – Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e Controle de zoonoses, da promoção da saúde e do controle das populações animais de interesse à saúde humana, entre outras:

- I- Prevenir, reduzir ou eliminar a morbidade e a mortalidade humana decorrentes de agravos relacionados às zoonoses prevalentes e incidentes;
- II- Prevenir as infecções humanas transmitidas por animais, direta ou indiretamente, seja na condição de vetores ou como veículos, através de consumo de produtos alimentícios de origem animal;
- III- Promover e preservar a saúde da população, mediante o emprego dos conhecimentos técnicos científicos e práticas em saúde pública que visem a prevenção, controle e erradicação de zoonoses;
- IV- Contribuir para prevenir, reduzir ou eliminar as causas de sofrimentos dos animais;
- V- Preservar a saúde e o bem estar da população humana, evitando-lhe danos ou incômodos causados por animais;
- VI- Desenvolver ações de vigilância epidemiológica e o sistema de informação em saúde para zoonoses, com ênfase na descentralização e ação intersetorial;
- VII- Colaborar, em articulação com órgãos e entidades pertinentes, na avaliação do impacto ambiental da instalação de atividades comerciais e industriais no tratamento de lixo e resíduos, no desmatamento e reflorestamento que se relacionem com populações animais e a saúde humana;
- VIII- Impedir maus tratos aos animais ou permitir que estes sejam mantidos com sua saúde comprometida sem a atenção profissional adequada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Parágrafo Único – É de responsabilidade da Secretaria de Saúde a providência de espaço adequado para o acolhimento dos animais apreendidos.

Art. 229- Todos os proprietários ou responsável por animais, a qualquer título, deverão observar o que dispõe esta Lei e outras disposições legais e regulamentares pertinentes, ficando responsáveis por qualquer ato danoso cometido pelo animal, ainda que este esteja sobre a guarda de um seu preposto, e em especial:

I- Pela vacinação de animais contra as doenças especificadas na legislação federal, estadual e municipal pertinentes;

II- Pela manutenção do animal em condições higiênicas e alojamento, alimentação e saúde, bem como pela remoção de seus dejetos depositados em logradouros públicos ou em locais inapropriados;

Art. 230- Sempre que houver indícios de zoonoses a autoridade sanitária terá acesso a domicílios, imóveis e locais cercados, para cumprimento do que dispõe esta Lei, observadas as formalidades legais para inspeção, fiscalização, realização de exames, tratamento, captura ou sacrifício de animais doentes, contatos ou suspeitos de zoonoses, para o desenvolvimento das ações de controle de vetores, de hospedeiros de agentes transmissíveis de doenças de interesse a saúde humana, e para as ações de controle e ou eliminação de animais peçonhentos e sinantrópicos.

Parágrafo único- Os proprietários ou responsáveis por animais ficam obrigados a entregá-los para observação apropriada ou sacrifício a Autoridade Municipal, quando assim for requerido, no cumprimento do que dispõe esta Lei.

Art. 231- A manutenção de animais em unidades imobiliárias de edifícios condominiais será regulamentada pelas respectivas convenções, ressalvado o que proíbe ou dispõe esta Lei.

Art. 232- Só será permitida a apresentação e manutenção de animais em parque ou espetáculos circenses, exposições e atividades congêneres, após a inspeção com vistoria técnica efetuada pela Autoridade Sanitária Municipal, sem prejuízo de outras determinações legais e regulamentares pertinentes.

Parágrafo único- O proprietário ou responsável solicitará Autorização Especial a Autoridade Sanitária Municipal de acordo com as normas legais vigentes, mediante pagamento de preço publico correspondente ao FMS (Fundo Municipal de Saúde).

Art. 233- Só será permitida a permanência de animais em áreas, recintos e locais de uso coletivo, quando estes se constituírem em estabelecimentos legais e adequadamente instalados para a criação, venda, exposição, transporte, alojamento, tratamento, treinamento, competição,



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 139- O local para instalação dos distribuidores, representantes, importadores, exportadores de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e seus correlatos, cosméticos, produtos de higiene, perfumes, dietéticos e outros que interessam a medicina e saúde pública, deve satisfazer exigências gerais previstas nesta Lei, sem prejuízo das demais normas pertinentes.

Art. 140 - Nos estabelecimentos onde haja fracionamento de produtos, será obrigatória a existência de responsável técnico e de área separadas para o retalhamento de formas sólidas, líquidas e gasosas e laboratórios de controle.

Art. 141- no caso de fracionamento de produtos voláteis, os estabelecimentos deverão possuir salas apropriadas dotadas de exaustores.

Art. 142- É obrigatório a existência de aparelhos e equipamentos de refrigeração ou congelamento nos estabelecimentos que realizem quaisquer atividades que envolvam produtos ou substâncias que exijam condições especiais para sua conservação e/ou armazenamento.

Parágrafo único – Os equipamentos de congelação e refrigeração devem ser mantidos em perfeitas condições de higiene e possuírem instrumento para medir temperatura, não sendo permitida a colocação de outros produtos que não sejam os medicamentos.

Art. 143- Os estabelecimentos regulamentados nesta seção poderão manter filiais e/ou sucursais, que serão licenciadas e autorizadas a funcionar como unidades autônomas e em condições idênticas às da matriz ou sede.

Art. 144- incluem-se nesta seção todos estabelecimentos que prestam serviços de higiene e limpeza de tanques, fossas e similares, bem como aquelas que aplicam raticidas, inseticidas, descupinizadas, desinsetizadores e afins.

Art. 145- os estabelecimentos citados no artigo anterior somente serão licenciadas sob a responsabilidade técnica de profissionais habilitados.

Art. 146- somente serão utilizados pelas empresas higienizadoras e aplicadoras de saneantes domissanitários, produtos registrados no órgão competente.

§ 1º - A utilização dos produtos deverá seguir as instruções e cuidados inscritos na bula e rótulos.

§ 2º - Os funcionários devem ser instruídos sobre os riscos no manuseio dos produtos e quanto aos procedimentos para os casos de acidentes.

§ 3º - Os funcionários das áreas de aplicação e manipulação devem usar, sistematicamente, os equipamentos de proteção individual, e observar normas de biosegurança.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 132- As farmácias, drogarias e ervanárias devem atender a requisitos mínimos para instalação previstos em legislação própria, sem prejuízo daqueles exigidos para os estabelecimentos de que trata esta Lei.

Art. 133- As farmácias, drogarias e ervanárias localizadas em centros comerciais poderão dispor dos sanitários coletivos.

Art. 134- É facultado às farmácias e drogarias manter local para a aplicação de injeção, auferição de P. A. e execução de pequenos curativos sob a supervisão e responsabilidade técnica do farmacêutico, desde que cumprida as exigências legais e técnicas.

§ 1º - O local de aplicação de injeção deve ter acesso independente, de modo a evitar a passagem pelas áreas de estocagem e venda de medicamentos.

§ 2º - Somente é permitido, na aplicação de injeção, o uso de agulhas e seringas descartáveis, bem como, só poderá ser feita por profissional legalmente habilitado e inscrito no Conselho de Classe.

Art. 135- As farmácias que manipulam fórmulas deverão manter laboratórios de manipulação que atendam as normas técnicas estabelecidas em legislação pertinente.

Parágrafo único - Os laboratórios de manipulação homeopáticos obedecerão normas e procedimentos previstos em normas técnicas especiais.

Art. 136- os produtos que causam dependência física ou psíquica e aqueles sujeitos a controle especial terão sua guarda em cofre ou armário com chave.

Parágrafo único - As farmácias e drogarias terão os registro diário de entrada e saída de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos capazes de criar dependência física ou psíquica e outros sujeitos a regime de controle especial de acordo com orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Art. 137- As farmácia e drogarias podem exercer o comércio de correlatos, aparelhos e acessórios para fins de diagnóstico e terapêutico, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal e de ambientes, produtos dietéticos, de acústica médica, odontológicos, domissaneantes, desde que mantenham áreas separadas, de acordo com a natureza do produto

Parágrafo único - Não é permitida a aplicação, no próprio estabelecimento, de qualquer dos aparelhos e acessórios mencionados neste artigo.

Art. 138- As ervanárias deverão atender aos requisitos gerais para instalação e equipamentos e somente poderão dispensar plantas e ervas medicinais sob correta classificação botânica, denominação científica e popular, sob a responsabilidade técnica do farmacêutico.